



16 de Dezembro de 2022

Cabo Ligado Mensal: Novembro de 2022

Cabo Ligado é um observatório de conflitos em Moçambique lançado pela ACLED, Zitamar News e MediaFax.

ESTATÍSTICAS VITAIS

- ACLED registou 35 eventos de violência política organizada na província de Cabo Delgado em Novembro, resultando em 88 fatalidades relatadas
- As fatalidades relatadas foram mais altas no distrito de Nangade, onde as forças da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) entraram em confronto com os insurgentes, e afirmaram ter morto 30 membros da milícia islâmica
- Outros eventos tiveram lugar nos distritos de Muidumbe, Mocimboa da Praia, Macomia, Namuno, Balama, Meluco, Chiúre, Montepuez e Mueda

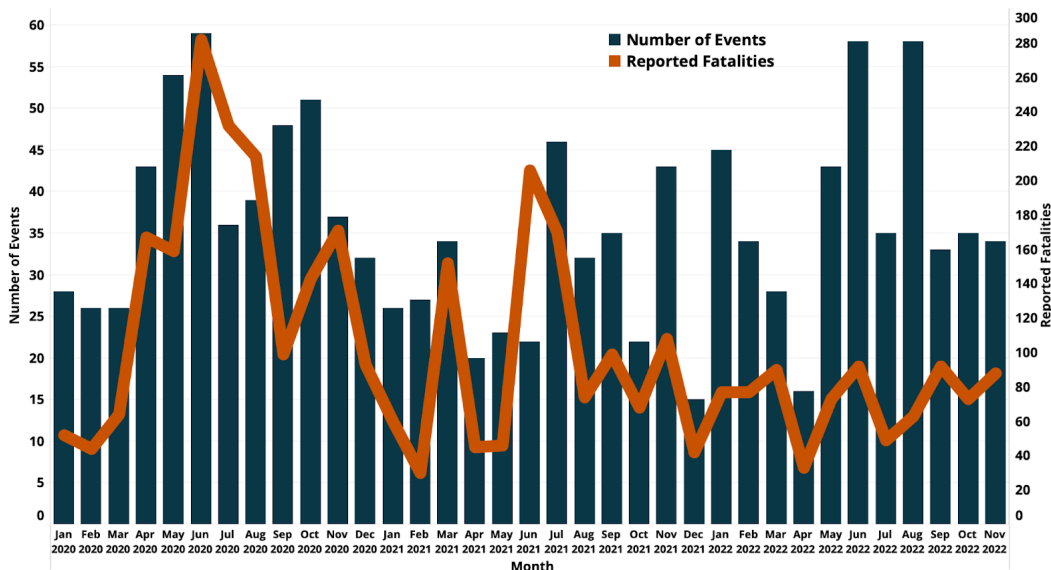
TENDÊNCIAS VITAIS

- As forças de intervenção continuaram a confrontar-se com os insurgentes em Nangade
- O distrito de Muidumbe foi o que mais sofreu ataques de insurgentes
- O retorno continua no nordeste, mas os desafios permanecem

NESTE RELATÓRIO

- (In)segurança, regresso e a decisão de força maior
- Conflitos laborais e de recursos naturais no sul de Cabo Delgado
- Mocímboa da Praia em Foco

Organized Political Violence and Reported Fatalities in Cabo Delgado
(1 Jan 2020 - 30 November 2022)



RESUMO DA SITUAÇÃO DE NOVEMBRO

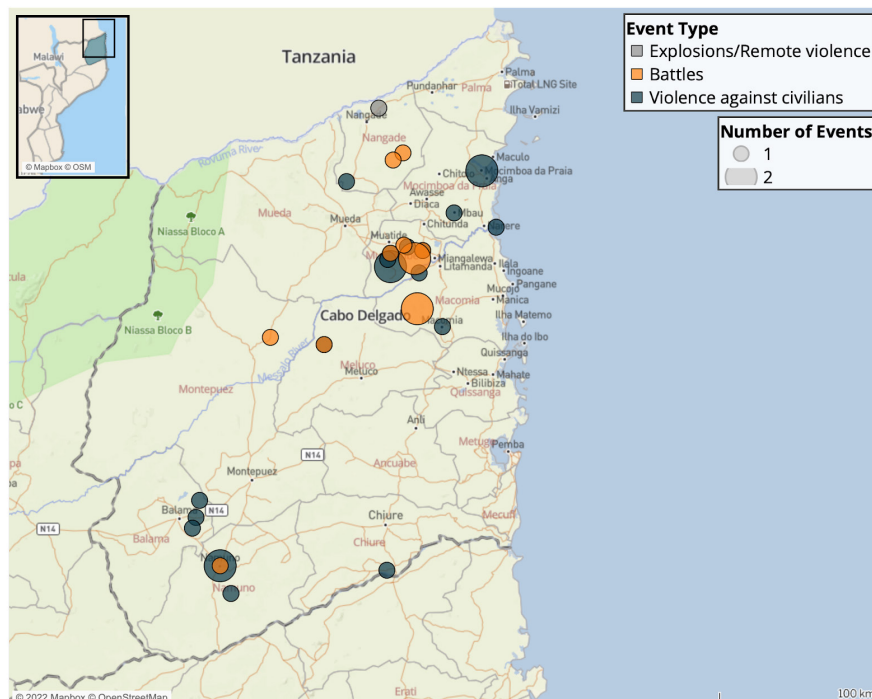
Em Novembro, o número de eventos organizados de violência política em Cabo Delgado manteve-se estável, em comparação com Outubro. O número de fatalidades, no entanto, teve um aumento notável para 88, em comparação com 73 em Outubro. Este número foi, principalmente, justificado por 30 fatalidades insurgentes reivindicadas pela SAMIM, resultantes de operações em curso no distrito de Nangade. No total, houve dois confrontos envolvendo insurgentes e forças da SAMIM a operar ao lado das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) em Nangade. Isto reflete uma intensificação das operações contra os acampamentos dos insurgentes, particularmente na zona leste do distrito.

Acredita-se que os insurgentes estejam a operar a partir de campos no norte do distrito de Macomia, de onde também chegaram aos distritos de Meluco, Mueda e Muidumbe em Novembro. O maior número de incidentes registou-se no distrito de Muidumbe, onde ocorreram 11 eventos organizados de violência política organizada. Quatro destes envolveu confrontos com as FADM e Forças Locais. Cinco soldados teriam perdido a vida em um confronto a 28 de Novembro. Seis eventos foram ataques a civis.

No distrito de Macomia, oito militares terão sido mortos em dois ataques à aldeia Nguida, que há algum tempo se encontra abandonada e funciona como posto avançado militar. A luta pelo controle de Nguida continuou em Dezembro. Os insurgentes estiveram também envolvidos em três eventos organizados de violência política nos distritos de Meluco e Mueda. Por uma vez entraram em confronto com as forças de segurança em Meluco, e levaram a cabo dois incidentes de violência contra civis nos dois distritos.

Mais a leste, no sudeste do distrito de Mocímbo da Praia, os insurgentes realizaram quatro ataques contra civis, supostamente matando oito pessoas e não encontrando resposta das FADM ou das tropas ruandesas estacionadas no distrito. Finalmente, em Novembro, a onda de ataques insurgentes pelos distritos de Chiúre, Namuno, Balama e Montepuez, iniciada em Outubro, começou a desvanecer-se. Em 10 incidentes de violência política organizada nesses distritos em Novembro, a única resistência foi apresentada pela emergente milícia Naparama, cinco das quais foram decapitadas no distrito de Montepuez.

Organized Political Violence in Cabo Delgado (November 2022)



(IN)SEGURANÇA, RETORNO E DECISÃO DE FORÇA MAIOR

Por João Feijó, Observatório do Meio Rural

Nos últimos meses, enquanto as forças ruandesas e moçambicanas mantêm a segurança em Mocímboa da Praia e Palma, a incerteza persiste nos distritos vizinhos. O foco da resposta de segurança tem sido de ver a TotalEnergies retomar a construção da sua fábrica de gás natural liquefeito (GNL) em Afungi. Se a empresa o fará depende da ameaça à segurança em toda a província, bem como nos principais distritos de Mocímboa da Praia e Palma. Ainda não está claro que indicadores desta complexa situação irão moldar essa decisão.

No último trimestre de 2022, observamos uma redução significativa no número de pessoas deslocadas internamente em Metuge, Ancuabe, Montepuez e Mueda, que se mudaram para Muidumbe e Mocímboa da Praia. Da sede de Palma, os deslocados deslocaram-se para aldeias nos postos administrativos de Olumbe e Quionga. Reduzindo a pressão sobre Afungi, a TotalEnergies facilitou o regresso de deslocados internos que viviam nas aldeias vizinhas, como Quitunda. No final de Novembro, uma equipe de avaliação humanitária [estimado](#) que havia 30.000 pessoas só na vila de Mocímboa da Praia, e outras tantas no resto do distrito. Se esses números forem verdadeiros, isso equivaleria a quase metade da população registrada no censo de 2017 (123.975 habitantes).

Muitas pessoas não necessariamente regressam às suas aldeias de origem, mas sim para áreas mais próximas de suas aldeias, muitas vezes ocupando terras e casas de terceiros, gerando conflitos de terra. Estes retornados coexistem muitas vezes com a chegada de novos deslocados, principalmente na sequência de ataques nos distritos de Macomia, Ancuabe, Meluco e Muidumbe.

Condições nos Centros de Reassentamento

Em Maio de 2022, mais de três quartos das pessoas nos centros de deslocados internos em Montepuez e Metuge disseram ter a [intenção de regressar](#) para o nordeste de Cabo Delgado até ao final do ano. As razões apresentadas relacionavam-se com a inconsistência da distribuição da ajuda alimentar e avisos de uma [diminuição das rações](#) e falta de acesso a terras agrícolas. Além disso, as pessoas falaram do aumento da pressão sobre os serviços de água, saúde e educação. Cerca de 90% dos inquiridos afirmaram que cultivam em áreas agrícolas com menos de meio hectare ou não têm qualquer acesso à terra, o que os torna fortemente dependentes da ajuda externa.

Além dessas condições repulsivas nos centros de deslocados internos, havia outros fatores que os atraíam para suas áreas de origem. O seu regresso foi incentivado pela circulação de informação que sugeria uma maior segurança nas imediações de Palma e Mocímboa da Praia, pela vontade de recuperar as suas propriedades, pelo acesso aos recursos naturais, ou ainda pela prestação de apoio em transportes e insumos agrícolas. Muitas vezes, o retorno ocorria em etapas, para áreas mais próximas de seus locais de origem, implicando a divisão dos familiares, ficando alguns em centros de deslocados internos, como estratégia de multiplicação da assistência.

Condições Sócio-Econômicas no Nordeste da Província

As populações estão a regressar para lugares carentes de infraestrutura básica e serviços públicos. As escolas foram fortemente afetadas pelo conflito. A nossa pesquisa de campo mostra que o ensino primário ou ainda não reabriu como em Mocímboa da Praia, ou está concentrado na sede distrital como nos distritos de Nangade e Macomia, ou em algumas aldeias nos distritos de Palma, Quissanga e no planalto de Muidumbe. As escolas secundárias concentram-se na sede distrital, com elevados rácios alunos/professor. Escolas fechadas agora servem como abrigos temporários para deslocados internos ou quartéis para militares.

O acesso aos serviços de saúde concentra-se nas sedes distritais, existindo serviço ambulatorio para as zonas periféricas, quando as condições de segurança o permitirem. As organizações não-governamentais complementam ou substituem o Estado e há uma falta generalizada de medicamentos. Em Mocímboa da Praia, começaram as obras de reabilitação em sistemas de abastecimento de água.

Em Macomia e Nangade, as populações locais cultivam em pequenas machambas à volta das sedes distritais, evitando deslocações a longas distâncias. As terras baixas de Muidumbe permanecem inseguras e improdutivas. Nos postos administrativos de Diaca, a oeste do distrito de Mocímboa da Praia, e de Olumbe e Quionga, no distrito de Palma, milhares de camponeses regressaram. O Programa Mundial de Alimentação e o Programa de Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado (SUSTENTA), liderado pelo governo, distribuíram insumos aos camponeses e, simbolicamente, o governo lançou a [campanha agrícola](#), uma iniciativa nacional, em Diaca. No entanto, os residentes de Mocímboa da Praia continuam a evitar caminhar longos quilómetros para longe da vila principal. O levantamento das restrições à pesca nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia e Quissanga incentivou o reinício desta actividade, mas não na costa de Macomia, nem no Lago Nguri em Muidumbe onde a pesca continua a ser fortemente restringida.

Na sede do distrito, o comércio está reabrindo aos poucos. Desde Abril de 2021, a suspensão das atividades e a retirada dos trabalhadores abriram oportunidades para saques dos militares, fenómeno [às vezes denunciado](#) pelos operadores económicos afectados. Segundo relatos, alguns destes bens foram posteriormente revendidos em mercados locais, em Mueda ou perto do rio Rovuma. Mais recentemente, a TotalEnergies deu um grande impulso aos comerciantes da sede distrital de Palma, oferecendo apoio para o regresso dos seus negócios, e quebrando com alegados monopólios militares. A TotalEnergies também tem feito um esforço para promover e adquirir produtos locais, como legumes, peixe, frango e pão, impulsionando assim as cadeias de valor locais. Há também um aumento de produtos da Tanzânia, reflectindo a melhoria das relações transfronteiriças. Os preços continuam inflacionados, mas deverão baixar, devido à reabertura do porto de Mocímboa da Praia.

Semelhante à situação nos centros de deslocados internos, no nordeste da província grande parte da população vive por conta própria. As nossas equipas estão cientes de respigas em engenhos e campos agrícolas, roubo do que encontram, inclusive em antigas bases insurgentes, onde alguns se arriscam a recolher motos, colchões e outros bens, e caçar pequenos animais. Há também relatos de casamentos precoces e aumento da promiscuidade de raparigas devido à vulnerabilidade. A ausência de autoridades tradicionais dificulta a resolução dessas questões.

A TotalEnergies irá regressar?

Tendo a TotalEnergies imposto o restabelecimento da segurança e o regresso das populações como condição para inverter a decisão de força maior, o aparente retorno à normalidade foi [salientado](#) pelo governo. A TotalEnergies mantém-se reticente e lacónica. A falta de informação pública levanta questões sobre os indicadores a utilizar na avaliação do nível de segurança da região e do regresso das populações.

Em termos de segurança importa avaliar se se refere ao local da central de GNL ou se inclui os distritos vizinhos. Existem questões específicas sobre segurança em Mbau, no sudeste de Mocímboa da Praia e Pundanhar no oeste de Palma, bem como na estrada N380 no norte de Macomia.

Deve ficar claro se a segurança também está relacionada com o processo de reconciliação comunitária, o envolvimento das organizações da sociedade civil neste processo e o restabelecimento do estado de direito e dos mecanismos de acesso à justiça. Esta última é uma condição fundamental para que os civis desfrutem de uma sensação de segurança. O acesso gratuito de jornalistas e organizações humanitárias sem restrições e a possibilidade de documentar o regresso das populações também pode ser visto como um indicador de segurança. Organizações humanitárias reclamam da ausência de briefings regulares e informativos pelo governo com atualizações sobre a situação de segurança na província. Importa reflectir se a ideia de segurança envolve a procura de canais políticos para a resolução de conflitos, ou a persistência da opção militar, reproduzindo um ciclo de violência, que se pode alastrar a outros territórios. A primeira exigiria descentralização, apartidarismo, fortalecimento do papel das lideranças e associações locais, ampliação dos canais de participação e maior redistribuição dos recursos de poder.

No que diz respeito ao regresso, importa avaliar se se trata de um regresso às áreas de residência ou a possíveis locais mais próximos das casas dos repatriados, e se se trata de um regresso total ou parcial das famílias. Importa também ponderar se inclui o regresso dos funcionários públicos e a retoma dos serviços do Estado, bem como a qualidade destes

serviços. É importante avaliar se inclui também a devolução de serviços económicos importantes, como serviços financeiros, armazéns e transportadores, entre outras atividades essenciais para a implementação de um projeto multimilionário. Refira-se que o regresso dos projetos económicos e a chegada de grande número de trabalhadores de fora da região irão aumentar a concorrência e o sentimento de ameaça entre os locais, reacendendo as tensões locais.

A presença ou ausência destes indicadores ajudará a compreender o futuro do projeto de GNL em Afungi. Quer se afirme como um centro económico integrado na economia local, quer se aproxime de uma zona verde com acesso restrito, consolidando-se como uma economia de enclave, de carácter extrativista e voltada para o exterior.

CONFLITOS LABORAIS E DE RECURSOS NATURAIS NO SUL DE CABO DELGADO

Por Tomás Queface, Cabo Ligado

Cinco anos após a eclosão do conflito em Cabo Delgado, o governo moçambicano mantém-se consistente na forma como gere as diferentes crises e conflitos em Cabo Delgado. Estes não dizem respeito apenas à insurgência armada que tomou conta do norte do país, mas também questões relacionadas a conflitos laborais e disputas sobre os recursos naturais. Esta abordagem fundamentalmente autoritária assenta na limitação das liberdades fundamentais das classes trabalhadoras e cidadãos, e numa obsessão por uma solução militar que dá importância secundária à integridade e protecção das comunidades em Cabo Delgado. Esta abordagem problemática torna-se cada vez mais evidente no sul de Cabo Delgado.

O norte e o sul de Cabo Delgado, desde o início do conflito até meados de 2022, têm sido marcados por grandes contrastes. Os distritos a norte como Nangade, Muidumbe, Palma, Mocímboa da Praia e Macomia e Meluco, no centro, foram os mais afectados pela violência armada, resultando na fuga da população para o sul da província. Isto levou à concentração de um grande número de tropas das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (FDS) e forças internacionais do SAMIM e do Ruanda naqueles distritos. O sul de Cabo Delgado, assim como Nampula, forneceu refúgio para milhares de deslocados internos que fugiram do conflito no norte. Além disso, no sul, o acesso às pessoas deslocadas foi relativamente fácil para as organizações humanitárias.

Outra diferença significativa entre o norte e o sul é a concentração de empreendimentos económicos. Embora Cabo Delgado seja conhecido pelo projecto de GNL em Palma, é na verdade no sul que se concentram a maioria dos projectos da indústria extractiva. Segundo um relatório do Centro de Integridade Pública (CIP), até Fevereiro de 2020 cerca de 80% das concessões mineiras na província de Cabo Delgado estavam localizadas nos distritos do sul, com Montepuez e Ancuabe liderando com 33% e 15% respectivamente. Os distritos do norte de Palma, Muidumbe e Macomia tinham menos de 3%, enquanto os distritos de Mocímboa da Praia, Nangade e Quissanga não tinham concessões mineiras.

A expansão dos ataques ao sul da província no início de Junho deste ano fez soar o alarme para esses empreendimentos económicos. Não demorou muito para que várias empresas de mineração fossem alvo de insurgentes. A 8 de Junho, os insurgentes [visaram](#) a mina de mineração de grafite, Grafex, supostamente matando três pessoas. Várias empresas de mineração suspenderam suas operações de mineração após este ataque. As incursões dos insurgentes na estrada de Pemba a Montepuez durante a segunda vaga de ataques do sul em Outubro, levaram-nos a [atacar](#) outra mineradora, a Gemrock, que opera uma operação de mineração de rubi no distrito de Montepuez. Dada a proximidade com o local do ataque, a Montepuez Ruby Mining (MRM) evacuou seu pessoal. Em Novembro, a Syrah Resources Limited, proprietária de uma mina de grafite no distrito de Balama, também [evacuou](#) sua força de trabalho quando os insurgentes invadiram aldeias na fronteira com o distrito vizinho de Namuno. O governo respondeu às ameaças dos insurgentes contra os projetos económicos enviando um contingente militar para garantir a segurança das empresas, deixando a protecção de vilas e aldeias nas mãos de milícias locais, como a [milícia Naparama](#) em Namuno e Montepuez.

Da restrição das liberdades dos trabalhadores as disputas de recursos naturais

Em Cabo Delgado, o governo procura a todo o custo garantir a protecção das empresas mineiras tanto da ameaça insur-

gente, como da classe laboral. Isso ficou evidente nos recentes protestos de trabalhadores locais da empresa mineira de grafite Syrah Resources, no distrito de Balama. A 7 de Setembro, trabalhadores locais [realizaram um protesto](#) contra alegadas injustiças salariais, nepotismo e corrupção. Várias rondas de negociações foram realizadas, no entanto, sem alcançar resultados tangíveis.

Segundo fontes locais, as autoridades governamentais decidiram então recorrer à força, enviando contingentes policiais e militares para retomar as operações na mina. Cerca de 14 líderes grevistas receberam [avisos de expulsão](#) e estavam a ser investigados pela Polícia de Investigação Criminal pela sua participação na greve. Alguns dos que participaram das manifestações tiveram seus salários cortados. Esses acontecimentos frustraram não apenas os trabalhadores locais, mas também prejudicaram a relação entre as comunidades e o governo. Localmente, os grevistas acusaram os empregadores de conluio com funcionários do governo.

De acordo com o CIP, [várias concessões mineiras](#) no sul de Cabo Delgado pertencem ou têm como beneficiários finais indivíduos ligados ao partido no poder, ou com cargos de forte influência no governo. É o caso do general Raimundo Pachinuapa, que até Setembro deste ano foi membro da Comissão Política da Frelimo, órgão máximo de decisão do partido. Pachinuapa também é acionista da Mwiriti Mining, Limitada, que detém 25% da MRM. A MRM tem investido fortemente em seu aparato de segurança para impedir que garimpeiros invadam as áreas sob concessão para garimpo de rubis. As autoridades policiais impuseram o uso da força para impedir que garimpeiros operassem nessas áreas. No entanto, o Centro para a Democracia e Desenvolvimento [apelou](#) pelo diálogo aberto e honesto entre a MRM, autoridades locais e comunidades do entorno da concessão minerária para o fim dessas disputas.

Enquanto os jovens locais em Cabo Delgado são marginalizados e excluídos de oportunidades de emprego, acesso à terra para mineração artesanal ou mesmo agricultura, a sua precariedade no local de trabalho pode deixá-los mais vulneráveis à radicalização. Esse autoritarismo do Estado e sua falta generalizada de diálogo vão contra os princípios do [Programa governamental de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique \(PREDIN\)](#). A PREDIN defende a necessidade de reforçar a capacidade de diálogo entre o Estado e os cidadãos, bem como ampliar o espaço de manifestação pacífica, como plataformas alternativas para expressar queixas e opiniões. Esses mecanismos fazem parte da estratégia de prevenção da radicalização e da violência extrema. Mas essas plataformas de expressão de opinião estão sendo cada vez mais reprimidas, o que pode prejudicar o contrato social entre o Estado e as comunidades que a PREDIN busca promover. Por outro lado, enquanto as empresas não cumprirem integralmente suas obrigações e estiverem atreladas aos interesses de pessoas influentes do governo e do partido no poder, as possibilidades de diálogo e resolução de conflitos serão reduzidas.

MOCÍMBOA DA PRAIA EM FOCO

Por Peter Bofin, Cabo Ligado

Novembro foi outro mês bastante movimentado para a vila de Mocímboa da Praia. O porto tornou-se operacional pela primeira vez desde Agosto de 2020, enquanto os deslocados continuaram a regressar. O reinício da operação portuária é uma boa notícia para a economia local, principalmente para o projecto de GNL, conhecido como Mozambique LNG e liderado pela TotalEnergies, a 60 km da costa em Palma. No entanto, algumas preocupações de segurança permanecem no distrito mais amplo e indicam a ameaça contínua para as pessoas que vivem no distrito. Também há preocupações sobre a preparação do distrito para receber os que retornam.

O Governador da província de Cabo Delgado, Valige Tauabo [cortou a fita](#) na instalação portuária numa cerimónia simples a 29 de Novembro. O porto é simples, com dois molhes, um dos quais pode receber cargueiros de convés aberto roll-on roll-off que trabalham na costa. Foi uma dessas embarcações que chegou no final do mês transportando uma carga de viaturas que vão trabalhar na reparação rodoviária da província. Trouxe também um caminhão-tanque de petróleo para o primeiro posto de gasolina da vila a voltar a funcionar. A embarcação tinha vindo de Pemba, 180 km a sul. Estiveram presentes na cerimónia Maxime Rabilloud, Presidente da TotalEnergies em Moçambique, bem como representantes da Força de Defesa do Ruanda (RDF).

A presença de Rabilloud indica a importância do porto para o Mozambique LNG. A [vontade](#) do projecto de cobrir os custos de frete daqueles que utilizam o serviço sublinha este facto. A presença da RDF na cerimónia, a par das FADM, reforçou o seu papel contínuo na segurança da província, permitindo o progresso do projecto de GNL.

Falando na cerimónia, o governador Tauabo foi realista sobre a contínua ameaça à segurança. Sublinhou o papel tanto da SAMIM como das forças ruandesas na manutenção da segurança na província, mas [exortou as pessoas](#) a serem “vigilantes” em caso de possível infiltração de “terroristas”.

Suas preocupações não são descabidas. Durante o mês de Novembro, os insurgentes mataram oito civis em quatro incidentes no sul do distrito. Em um ataque a 24 de Novembro, um veículo foi cercado por um grande grupo de homens armados perto da aldeia de Calugo, perto da costa na área administrativa de Mbau. Falando em língua Kimwani, segundo uma fonte, perguntaram retoricamente aos ocupantes das viaturas, “quem disse que abandonámos Mocímboa da Praia?” Embora poucos, esses incidentes confirmados justificam o apelo do governador Tauabo à vigilância.

Há também relatos não confirmados de circulação de insurgentes se movendo pelo distrito até Mitope, ao norte, bem como Mbau, no sul. Os ataques no sul são preocupantes, especialmente porque ocorreram na sequência da descoberta de esconderijos de armas em operações conjuntas das FADM e do Ruanda, ainda em [Outubro](#). A limpeza das bases na zona sul de Mocímboa da Praia em Agosto de 2021 foi um dos [sucessos mais significativos](#) da intervenção ruandesa. O medo e a incerteza que isso gera afetam diretamente o processo de retorno. Num relato não confirmado que está em circulação, os insurgentes perguntaram aos aldeões quem havia ordenado o seu regresso, e os advertiram a partir.

Segundo a administração distrital, o retorno tem sido forte. Disseram a uma equipe de avaliação humanitária recentemente que, desde o início de Agosto de 2022 e quando a avaliação foi realizada em outubro, tinham registrado [72.594 retornados](#). Desses retornados, mais de 12.000 residem na vila de Mocímboa da Praia. No entanto, tais números exatos desmentem o que é uma situação complexa e fluida. Milhares podem chegar semanalmente, de acordo com algumas fontes. Acompanhá-los é um enorme desafio administrativo para uma administração que está sob pressão.

À chegada, os regressados devem passar por um processo de triagem pela polícia para identificar os insurgentes. Uma vez feito isso, eles devem se registrar junto às autoridades locais que os emitem com um documento chamado Cadastro. Isso deve ser mostrado ao líder local quando eles quiserem reaver sua propriedade. Com efeito, nem todos os regressados são registados. Segundo uma fonte, os locais estimam que até 30% das pessoas não têm documentos oficiais. Isso cria dificuldades para essas pessoas, que não conseguem permissão para viajar sem estar cadastradas. Também ilustra o risco de infiltração que o governador Tauabo alertou na cerimónia do porto.

Antes de se deslocarem para as suas áreas de origem, alguns precisam permanecer em centros de trânsito aguardando transporte e de ter a certeza de que as áreas de origem são seguras. Algumas áreas ainda precisam ser limpas de armadilhas e minas deixadas pelos insurgentes. Em Outubro, mais [1.700 pessoas](#) viviam em duas escolas que foram reaproveitadas como centros de trânsito. As condições são difíceis para a maioria das pessoas que vivem em abrigos improvisados perto das escolas. Para aqueles que retornam à própria vila, a vida também continua dura. Os centros de trânsito estão nas escolas porque as escolas não estão funcionando, ilustrando o colapso dos serviços básicos.

Algum apoio está a chegar à vila. O apoio às empresas locais fornecidas pela Fundação Masc será crucial para reconstruir a economia e apoiar uma classe empresarial que possa trabalhar com o governo local. O apoio da TotalEnergies ao transporte também apoiará o setor empresarial. No entanto, ainda há muito a ser feito antes que a vila se torne o pequeno, mas movimentado porto do Oceano Índico que já foi.